

# **A influência da constituição morfológica da forma verbal na ausência de concordância em Português<sup>1</sup>**

**Eunice Maria das Dores Nicolau  
Universidade Federal de Minas Gerais**

## **Abstract**

In this paper I analyse the influence of the morphological constitution of the verbal form on the absence of agreement between the verb and the NP subject of 3pp (third person of plural) in the colloquial Brazilian Portuguese. According to the results this absence is significantly more frequent in the “regular” verbs (*fala/falam, comem, fazem, etc.*) than in the other verbs (i.e. the “non-regular” verbs). The central claim is that these results are due to the peculiar behavior of the “regular” verbs where lack of agreement is the result of the interaction between variable processes - a morpho-syntactic synchronic rule and some phonological diachronic processes.

## 1 - CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Neste artigo será analisada a ausência de concordância entre o verbo e o sintagma nominal sujeito de terceira pessoa do plural (3PP) no português coloquial. Essa análise constitui uma retomada de parte de um trabalho mais amplo<sup>2</sup>, através do qual se buscou verificar a influência de condicionamentos **estruturais** (constituição morfológica da forma verbal, ambiente fonológico que sucede ao verbo, posição do SN sujeito em relação ao verbo e constituição do SN sujeito) e **não-estruturais** (grupo social, sexo, idade e estilo de fala) na ausência de concordância registrada na fala de 32 belo-orientinos pertencentes a quatro grupos sociais diferentes, de ambos os sexos, e distribuídos em dois grupos etários distintos.

Adotando o modelo sociolinguístico proposto por LABOV (1972), analisou-se quantitativa e qualitativamente os 1.913 dados obtidos através de entrevistas individuais, gravadas. Na análise quantitativa, utilizou-se o sistema VARBRUL 2, criado por SANKOFF (1975)<sup>3</sup> e adaptado pelo CECOM/UFMG.

De acordo com os resultados encontrados, a ausência de concordância verbal (que, no presente trabalho, será tratada como ACV) mostrou-se sensível aos condicionamentos (estruturais e não-estruturais) considerados e, nos verbos “*regulares*” (fala/falam, come/comem, faz/fazem, etc.), foi significativamente mais freqüente do que nos verbos “*não-regulares*” (as formas de pretérito perfeito do indicativo e os verbos que apresentam terminação tônica). Tendo em vista o comportamento dos fatores não-estruturais, a ACV no português coloquial de Belo Horizonte foi caracterizada como uma variável estável que apresenta nítida estratificação social.

## 2 - APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

De acordo com as gramáticas normativas, a concordância entre o verbo e o sintagma nominal sujeito, na língua portuguesa, é uma regra obrigatória, que pode ser assim formalizada:

$$(1) \left[ \begin{array}{cccccc} \text{(X)} & - & \text{SN} & - & \text{(Y)} & - & \text{V} & - & \text{(Z)} \\ \text{O} & & [+suj] & & & & & & \text{O} \end{array} \right]$$

$$\begin{array}{cccccc} & & \left[ \begin{array}{c} \alpha N^o \\ \beta Pes \end{array} \right] & & & & & & \\ 1 & 2 & 3 & 4 & 5 & \implies & 1 & 2 & 3 & 4 & 5 \\ & & & & & & & & & \left[ \begin{array}{c} \alpha N^o \\ \beta Pes \end{array} \right] & \end{array}$$

Em consequência dessa obrigatoriedade postulada pela tradição gramatical, a ACV tem sido considerada, principalmente pela escola, um erro grave, próprio dos falantes incultos e de condição social desprestigiada. Entretanto, vários estudos têm demonstrado que a ACV constitui um traço marcante no português falado no Brasil e, além disso, é um fato antigo na língua. Através desses estudos, a esse fato têm sido atribuídas diferentes explicações.

Uma primeira explicação é a de que a Regra (1) se aplica, e a ACV é resultado da simplificação no sistema de flexões. Essa é a posição defendida por: MARROQUIM (1934), NASCENTES (1953), PONTES (1972), MENDONÇA (1973), RODRIGUES (1974), AMARAL (1976), NETO (1976), ASSIS VEADO (1980) E MELO (1981), de acordo c/ as ref. Bibliográficas.

Para outros autores, a Regra (1) consiste numa regra variável, que ora se aplica ora deixa de se aplicar, devido à influência de diferentes condicionamentos. Essa é a opinião de NARO E LEMLE (1977), que afirmam o seguinte: a frequência de aplicação da regra morfossintática variável de concordância verbal em português, nas formas de 3PP, é diretamente proporcional ao grau de saliência fônica que estabelece a oposição entre essas formas e as de terceira pessoa do singular (3PS) correspondentes. Através desse princípio de sali-

ência fônica (daqui para frente, PSF), os autores explicam a maior frequência de concordância nas formas do tipo disse/disseram, fez/fizeram, etc. Do que em casos como fala/falaram, come/comem, etc.

Segundo GUY (1981), a ACV no português coloquial do Brasil é um exemplo de interação entre processos variáveis fonológicos e morfossintáticos. O autor observa que, no português padrão, o principal marcador de pluralidade na 3PP é a nasalização das vogais finais (representada ortograficamente por *-m* e morfofonemicamente por //N//), nasalização essa comumente acompanhada da ditongação, resultante do alongamento do núcleo vocálico, o que constitui um processo bastante difundido nos dialetos portugueses. É essa a explicação dada por GUY para a presença do ditongo [-ẽỹ] nas formas verbais do tipo sabem ['sabẽỹ]. Quanto ao ditongo [-ẽw̃] das formas verbais de 3PP, o autor acredita ser o resultado da fusão dos finais -AN e -ON do português arcaico que, ainda no século XIV, passaram a -ão, transformação que GUY formaliza através da seguinte regra (regra 29, p. 118):

$$\begin{aligned} &\{\delta\} \\ &\{\tilde{a}\} \longrightarrow [-\tilde{a} \tilde{w}] \text{ — } \# \# \end{aligned}$$

O autor observa, ainda, o seguinte:

- a) A terminação -em /EN/ algumas vezes se realiza como [ĩ], e a terminação -am é frequentemente realizada como [-ũ] ou [-u].
- b) A ACV é mais freqüente em dois grupos de formas verbais. O primeiro desses grupos é constituído dos verbos “regulares”, nos quais a simples ausência do morfofonema //N// faz com que as formas de 3PP coincidam com as formas de 3PS (fala/falam, come/comem etc). O segundo grupo compreende as formas verbais cuja oposição entre singular e plural pode ser representada por: Ø / [-ẽỹ]. Nesses casos, a ausência do morfofonema //N// gera formas

terminadas na vogal temática -e, [-i], que é atingida por um processo fonológico registrado ainda na fase inicial do português - o cancelamento dos finais átonos /e/ e /i/ antecedidos de /l, r, n, z/. Essas duas transformações levam tais formas de 3PP a coincidirem com as formas de 3PS.

Para explicar a variação mencionada em A, o autor remonta à história das vogais átonas portuguesas e propõe que as terminações verbais sejam o resultado das transformações sumariadas no **QUADRO 1**, abaixo:

Transformação Fonológica	Formas do Português Arcaico				
		/E/	/EN/	/AN//ON/	
1. Nasalização vocálica		-	ẽ	ẽ	õ
2. Ditongação					
a) através de alongamento do núcleo vocalico		-	ẽỹ	-	-
b) através da fusão de nasais		-	-	ẽw̃	
3. Redução do ditongo (conseqüente conversão do glide em [+silábico] )		-	ĩ	ũ	
4. Desnasalização (variável)		-	ĩ ~ i	ũ ~ u	
5. Alçamento		i	-	-	
Formas do português coloquial do Brasil		[i]	[ẽỹ~ĩ~i]	[ẽw̃~ũ~u]	

**QUADRO 1:** Sumário das transformações propostas por GUY para as vogais átonas finais portuguesas.

Quanto à observação registrada em B, GUY conclui que ela se explica pelo fato de existir uma regra fonológica variável de desnasalização atuando sobre formas verbais portuguesas; ou seja, o

autor acredita que a ACV, nos verbos que ele chama de “regulares” (*fala/falam, come/comem, etc*) e nas formas verbais do tipo *faz/fazem, quer/querem, etc*, resulta de dois processos sincrônicos:

- 1º) a não-aplicação da regra morfossintática variável de concordância verbal;
- 2º) a atuação de uma regra fonológica variável de desnasalização.

### 3- HIPÓTESES DE TRABALHO

A proposta de GUY que, à primeira vista, parece a mais convincente, apresenta um ponto bastante vulnerável, pois o autor sustenta que, quando atingida pela regra de desnasalização, a terminação verbal átona -amrealiza-se como [-ũ ~ -ũ~ -ø] nos verbos “regulares” e como [-ũ ~ -u] nas formas do pretérito perfeito. Em relação a essa proposta, podem ser colocadas as seguintes objeções:

1ª) Se, como admite GUY ( 1981: 118-20), o ditongo nasal átono final [- ẽ w̃] das formas verbais portuguesas resulta da fusão de [- ẽ] e [-õ], não se justifica o fato de esse ditongo, através da desnasalização, resultar em diferentes realizações. Se, como o efeito da desnasalização, verifica-se a transformação *falam* > *fala*, era de se esperar que, por exemplo, *falaram* se transformasse em \* *falara*. Enfim, GUY não explica por que ocorre *eles fala* no lugar de *eles falam*, e não ocorre *eles \*falara* no lugar de *eles falaram* (pretérito perfeito), sendo que, em ambas as formas — *falam* [ˈfal ẽ w̃] e *falaram* [fɛˈlar ẽ w̃] -, verifica-se, segundo ele, a presença de um mesmo ditongo nasal átono final.

2ª) O autor considera presente a marca de pluralidade nas formas do pretérito perfeito em que a terminação se realiza como [-ũ] ou [-u], mas não faz o mesmo em relação

aos verbos “*regulares*”. Falando mais claramente, se as formas como *falarũ* [ f ɐ 'laru] *falaru* [ fá 'laru] continuam sendo de plural por se distinguirem da forma de singular *falou* [ f ɐ 'low], a pluralidade deveria ser considerada presente também nas formas como '*falũ*' ['falũ] '*falu*' ['falu] - admitidas por GUY que se distinguiriam da forma singular *fala* ['falɐ].

- 3ª) O autor sustenta a variação [ -ũ ~ -u] nos verbos “*regulares*”. De um lado, se essa variação realmente ocorre, a evolução das vogais átonas finais proposta por GUY é plausível, mas vem reafirmar a primeira objeção aqui mencionada; ou melhor, não há justificativa para diferentes derivações do ditongo [ -ẽ w̃] ante o efeito da regra de desnasalização. De outro lado, no *corpus* utilizado para a presente análise, a variação [ -ẽ w̃ ~ -ũ ~ -u] aparece apenas nas formas de pretérito perfeito - *falaram* [ fɛ 'lar ẽ w̃] ~ '*falarũ*' [ f ɐ 'larũ] ~ '*falaru*' [ f ɐ 'laru]; nos outros tempo, a terminação -*am*, realiza-se como [ - ẽ w̃ ~ ɐ] - *falam* ['fal ẽ w̃ ~ 'fal ɐ]. Nesse caso, então, a evolução das vogais proposta por GUY é absolutamente inaceitável. Se o ditongo nasal átono final [ - ẽ w̃] está em variação ora com [ - ɐ], ora com [ - ũ] e [ - u] e são essas as variações encontradas nos dados aqui analisados - parece evidente que tal ditongo seja o resultado de transformações ocorridas em formas originárias diferentes. Dessa maneira, a origem desse ditongo não deve ser atribuída à fusão das terminações [ -ã] e [-õ], conforme propõe GUY.

Quanto à evolução das terminações verbais, OLIVEIRA (1983), partindo da hipótese de que a regra sincrônica de *desnasalização* postulada por GUY não existe, propõe que as vogais nasais átonas finais do português arcaico, [ - ẽ] (<- (b) ant), [-e](<-ent) e [-õ] (<-unt), passaram pelos seguintes processos de transformação: *desnasalização*,

ditongação, alçamento. Desses processos, ordenados, ocorridos provavelmente antes do século XV (quando formas em -am no lugar de -om começam a ser registradas), teria resultado a evolução que passa a ser representada pelo QUADRO 2:

1º Estágio	2º Estágio	3º Estágio	4º Estágio
[- ẽ]	[- ẽ] ~ [- ɐ]	[- ẽw̃] ~ [- ɐ]	[- ẽw̃] ~ [- ɐ]
[- ẽ̃]	[- ẽ̃] ~ [- e]	[- ẽỹ] ~ [- e]	[- ẽỹ] ~ [- i]
[- õ]	[- õ] ~ [- o]	[- õ] ~ [- o]	[- ù] ~ [- u]
<i>Transformações</i> →	<i>Desnasalização</i>	<i>Ditongação</i>	<i>Alçamento</i>

**QUADRO 2** - Evolução das vogais nasais átonas finais do português proposta por OLIVEIRA (1983).

Referindo-se á variação [- ẽw̃] ~ [- ù ] ~ [- u], registrada as formas de 3PP do perfeito do indicativo do português do Brasil, OLIVEIRA conclui que ela se deve somente a processos ocorridos no português arcaico, ou seja:

- a) a transformação da vogal nasal átona final do português antigo, [- õ] (<-unt), que passa a [- ù] ~ [- u] através da desnasalização e do alçamento;
- b) a criação analógica do ditongo nasal átono final [- ẽw̃], baseada nas formas de 3PP do presente e do imperfeito do indicativo.

Para OLIVEIRA, as variações representadas no quarto estágio estão presentes na língua há vários séculos. Sendo assim, a variação entre [- ɸw̃] e [- ɸ] e a variação entre [- ẽỹ] e [- i ], que ocorrem atualmente em formas verbais de 3pp no português do Brasil, não



resultam apenas da não aplicação da regra variável de concordância entre o verbo e o SN sujeito; elas são, também, um resíduo histórico refletido na variação sincrônica da nossa língua. Em outras palavras, a mais alta frequência de neutralização entre as formas 3PS cujo final é uma vogal oral átona, [- ɐ] ou [-i], e as formas de 3PP cujo final é um ditongo nasal átono, ([-ẽw̃] ou [-ẽỹ], respectivamente), deve-se a dois processos diferentes - a não aplicação da regra variável de concordância verbal e o efeito de transformações fonológicas ocorridas ainda no português arcaico.

Com essa análise, OLIVEIRA (1983:5) rejeita também o PSF, proposto por NARO e LEMLE (1977), a respeito do qual afirma:

Embora este princípio pareça funcionar, ele tem, em minha opinião, uma implicação algo estranha. Ele é altamente antifuncional, e é difícil imaginar que as pessoas obliterem oposições exatamente nos casos em que aquilo que está sendo omitido é a única marca para a diferença entre formas do singular e formas do plural.

No que se refere à evolução das terminações verbais portuguesas, a proposta de OLIVEIRA parece a mais plausível, uma vez que, além de não suscitar os problemas encontrados na análise de GUY, mostra-se coerente com vários estudos anteriores, que cabem, pois, ser retomados.

Para LEITE DE VASCONCELOS (1901: 102), a redução Lat. -unt > port. ũ ou o, nos verbos, é fenômeno antigo e ainda presente em Portugal:

Le lat. - VNT dans les verbes est représenté en portugais ancien par -om. Dans la langue de Guimarães au XVII siècle, on trouve encore dans des mss.: vierom, despachárom, mandárom. Aujourd'hui l' -õ (= -om) se conserve dans une grande partie du Sud, où il alterne avec -ũ et avec -o' (-u'); en Entre-Douro-e-minho, à Sinfães, et à Resende, on dit couramment -o' (-u'). Dans la Beira, de même qu'à Tras-os-

Montes, on trouve -ũ et -ão. Exs.: forõ, forũ, forão, "foram"  
 < 1. \*furant. < fuerunt.

Diz ainda LEITE DE VASCONCELOS (1926:32) que: "*A vogal final dos verbos tornou-se ditongo: erant > erã > erão (escrito hoje -am).*"

Para BOURCIEZ E MEYER-LUBKE (apud. NASCENTES, 1953:162), a terminação -am da 3PP do perfeito do indicativo provém da analogia com a de igual pessoa do imperfeito do indicativo. COUTINHO (1976:281-5), referindo-se à passagem das formas verbais latinas para o português, diz sobre o presente do indicativo:

Na 3ª pessoa do plural da primeira conjugação, desenvolveu-se um -o- paragógico, que deu em resultado um ditongo -ão, grafado -am por ser átono.

E, quanto ao perfeito do indicativo, o autor afirma que: "*Na 3ª pessoa do plural a terminação arcaica era -om: amarom, deverom, punirom*".

MELO (1981:83-117) propõe para a terminação verbal de 3PP do perfeito do indicativo a evolução: -unt > -om > -o (amarunt > amarom > amaro). Sendo assim, da forma arcaica [-ø] é que teria resultado o [-u] das formas como: 'amaru, [e'maru], 'venderu', [vẽ'deru], 'partiru' [p e h'tširu], etc. Também MARROQUIM (1934:66) refere-se à realização de -am como -o [-u] no português atual como a persistência de uma forma arcaica da língua.

A aceitação da proposta de evolução das terminações verbais átonas portuguesas apresentada por OLIVEIRA (1983) leva a aceitar, também, a explicação dada por esse autor para a maior frequência de ACV encontrada nas formas verbais cuja terminação -am se realiza como [- ẽw̃ ~ e] e nas formas verbais terminadas em -em, que se realiza como [-ẽỹ ~ i]. Conseqüentemente o PSF proposto por NARO e LEMLE (1977) passa a ser rejeitado.

Assim sendo, a análise da influência da constituição morfológica da forma verbal na ACV em português apresentada neste artigo reali-

zou-se a partir dos seguintes hipóteses:

- H1 - a ACV no português coloquial do Brasil resulta, em parte, da não -aplicação da Regra (1), que é uma regra variável;
- H2 - a freqüência de aplicação (ou não) da Regra (1) é condicionada pela constituição morfológica da forma verbal, ou seja, formas verbais estruturalmente diferentes exercem influência diferente na ACV em português;
- H3 - a freqüência de ACV em português não é diretamente proporcional ao grau de saliência fônica que estabelece a distinção entre as formas de 3PS e as de 3PP;
- H4 - nas formas verbais cuja terminação -am se realiza como [-ẽw̃ ~ -ɐ] e nas terminadas por -em, que se realiza como [-ẽỹ ~ -i], a ACV é mais freqüente por resultar da interação entre um processo morfossintático variável e alguns processos fonológicos também variáveis - o primeiro, sincrônico e os últimos, diacrônicos.

#### 4 - SOBRE OS PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Os 1.913 dados foram submetidos a uma análise quantitativa, realizada, como se disse, com a utilização do sistema VARBRUL 2. Em função dessa análise os dados foram, então, codificados de acordo com uma categorização estabelecida com base nas diferenças encontradas entre as estruturas das formas verbais de singular e as das formas verbais de plural e a partir dos trabalhos de LEMLE e NARO (1977), NARO e LEMLE (1977), NARO (1980), MOTTA (1979) e GUY (1981). Nessa categorização, apresentada no QUADRO 3, a seguir, foi proposta uma escala ascendente com dez graus para representar a gradação das diferenças fônicas entre as formas de 3PS e as de 3PP.

Cod	Constituição morfológica da forma verbal		Diferenças fônicas que marcam a oposição singular/plural	Exemplos									
	Estrutura Segmental	Estrutura Supra-Segmental											
B	3PS = R + (VT = /u/) ou R + VT + (SMT = /u/) 3PP = [R + (VT = /u/) + SNP] OU [R + VT + (SMT = /u/ + SNP)]	acento no R ou na VT acento no R ou na VT	[- u / - ũw̃]	fala, falava falam, falavam									
C	3PS = R + (VT ou SMT = /e/) 3PP = R + (VT ou SMT = /e/ + SNP)	acento no R acento no R	[- i / - ĩỹ]	come, fale comem, falem									
D	3PS = R ou (R + VT + /t/) 3PP = R + ±sm ou [(R + VT + /t/) + ±sm]	acento no R ou na VT acento no R ou na VT	ø / [ ěỹ]	faz, fazer fazem, fazerem									
G	3PS = (R + VT) ou (R + VT + SMT) 3PP = [(R + VT) + SNP] ou [(R + VT + SMT) + SNP]	acento no VT ou no SMT acento na terminação	[- a / - ãw̃]	dá, está, falará dão, estão, falarão									
H	3PS = R + SNP 3PP = R + SNP	monossílabo tônico monossílabo tônico	[- ay / - ãw̃]	vai vão									
J	3PS = R + (VT = g ou i) + SNP 3PP = R + (VT = g ou i) + SNP	acento na VT acento na VT	[- w / - r ũw̃]	morreu, partiu morreram, partiram									
M	3PS = R + (VT = alomorfo g + SNP) 3PP = R + (VT = a) + SNP	acento na VT acento na VT	[- 'ow / 'ar ũw̃]	falou falaram									
T	3PS = R + VT 3PP = R + VT + SNP	acento no R acento na VT	[- i / - 'eγ ũw̃]	soubz, disse souberam, disseram									
X	3PS = R OU (R + VT) 3PP = R + SNP ou [(R + VT) + SNP]	acento no R acento na VT	<table border="1" style="display: inline-table; vertical-align: middle;"> <tr> <td>-y</td> <td>C / V</td> <td>C' 'er'w̃</td> </tr> <tr> <td>-média</td> <td>/</td> <td>+ alta</td> </tr> <tr> <td>+acent</td> <td></td> <td>+acent</td> </tr> </table>	-y	C / V	C' 'er'w̃	-média	/	+ alta	+acent		+acent	fez, pôs, teve fizeram, puseram, tiveram
-y	C / V	C' 'er'w̃											
-média	/	+ alta											
+acent		+acent											
Y	3PS = R + SNP 3PP = R + SNP	monossílabo tônico acento no R	[- y / - r ũw̃]	foi foram									
W	3PS = R 3PP = R + VT + SNP	acento no R acento na VT	[- 'is / - 'j'zer ũw̃]	quis quiseram									
Z	3PS 3PP → formas supletivas	monossílabo tônico	formas distintas	é são									

QUADRO 3: Categorização dos fatores em função da constituição morfológica da forma verbal e da consequente distinção fonética entre 3PS e 3PP

## 5 - ANALISE DOS DADOS

### 5.1 - A relevância da diferença fônica entre singular e plural

Em primeiro lugar, foram calculados as probabilidades de ACV nos dez fatores considerados. Os resultados obtidos através dessa rodada, designada A, podem ser vistos na TABELA-1:<sup>4</sup>

FATORES	TOTAL DE CASOS	ACV			
		Nº casos	% SIMP	% REL.	PROB
B - fala/falam, etc.	790	500	63	60	.88
C - come/comem, etc.	145	92	63	11	.89
D - faz/fazem, etc.	130	77	59	9	.85
G - dá/dão, etc.	173	34	20	4	.39
H - vai/vão, etc.	95	25	26	3	.49
J - comeu/comeram, etc.	75	18	24	2	.33
M - falou/falaram, etc.	231	39	17	5	.19
X - fez/fizeram, etc.	64	6	9	1	.10
Y - foi/foram, etc.	35	11	31	1	.51
Z - é/são, etc.	175	34	19	4	.28
TOTAL	1077	836	44	100	—

**TABELA 1: A Ausência de Concordância Verbal nos Fatores Inicialmente Estabelecidos**

Os índices probabilísticos mostraram que os verbos codificados

como B, C, e D comportam-se de maneira bastante diferente dos demais; ou seja, apenas esses três fatores favorecem, e altamente, a ACV. Do ponto de vista estrutural, essas formas verbais apresentam semelhanças, uma vez que nesses casos a oposição singular/plural ocorre apenas nas terminações, que são átonas. De um lado, o peculiar comportamento desses verbos mostra-se também evidente nos resultados obtidos por LEMLE e NARO (1977:41), NARO (1980:20), MOTTA (1979:87) e GUY (1981:260). De outro lado, esses primeiros resultados obtidos não confirmam o PSF estabelecido por NARO e LEMLE (1977) para explicar a ACV, pois os valores atribuídos aos fatores considerados não aparecem - como deveriam aparecer, caso esse PSF estivesse atuando - em ordem decrescente; a relação encontrada foi:

$$B < C > D > G < H > J > M > X < Y > Z$$

Ante tal fato, buscou-se, então, estabelecer uma nova categorização dos fatores, na qual figuraria um número mais reduzido de graus de saliência fônica.

Para isso, foram agrupados os fatores que, além de estruturalmente muito semelhantes, apresentaram probabilidades bastantes próximas. Assim, B, C e D passaram a constituir um único fator B; em seguida, os fatores J e M (as formas regulares de pretérito perfeito do indicativo) foram agrupados em J. Desse modo, o número de fatores foi reduzido, conforme se pode ver através da **TABELA 2**:

FATORES	TOTAL DE CASOS	ACV			
		Nº casos	% SIM	% REL	PROB
B - fala/falam, etc. come/comem, etc. Faz/fazem, etc.	1065	669	63	80	.92
G - dá/dão, etc.	173	34	20	4	.52
H - vai/vão, etc.	95	25	26	3	.62
J- comeu/comeram, etc. Falou/falaram, etc.	306	57	19	7	.49
X - fez/fizeram, etc.	64	6	9	1	.10
Y - foi/foram, etc.	35	11	31	1	.52
Z - é/são, etc.	175	34	19	4	.30
TOTAL	1077	836	44	100	—

**TABELA 2:** A Ausência de Concordância Verbal, após o primeiro agrupamento dos Fatores.

Esses resultados também não se ajustam ao que se deveria esperar em termos do PSF. Partindo de GUY (1981), decidiu-se, então, tratar esses fatores sob uma outra perspectiva: os fatores B, C e D foram recodificados como R (adotando e estendendo a denominação de “*regulares*” adotada por GUY); os outros sete fatores inicialmente considerados ( G, H, J, M, X, Y e Z) como N (“*não-regulares*”). Os novos resultados obtidos, em termos de LOGLKH evidenciaram alto índice de significância da diferença de comportamento dos dois subgrupos, aos quais foram atribuídos os seguintes índices de probabilidades: R = .80 e N = .20. Esse resultado levou à decisão de se estabelecer uma categorização um pouco mais refinada dos fatores em estudo. Considerou-se, de um lado, o comportamento específico

das formas codificadas inicialmente como B, C e D (que continuaram a constituir o fator R) e, de outro lado, a posição do acento nas outras sete formas verbais. Assim, J, M, X e Y passaram a constituir o fator P (pretéritos perfeitos, em que a 3PP apresenta terminação *átona*), e as formas codificadas como G, H e Z passaram a constituir o fator A (formas em que a 3PP apresenta terminação *acentuada*). Os resultados encontrados foram:  $R = .87$ ,  $P = .22$ ,  $A = .35$ . De acordo com tais resultados, parece não existir diferença de comportamento entre P e A - ambos desfavorecem sensivelmente a ACV, que é bastante favorecida por R. Buscou-se, então confirmar essa semelhança entre P e A. Para isso, foram calculadas as probabilidades de ACV apenas nesses dois subgrupos, aos quais passaram a ser atribuídos valores bastante diferentes:  $P = .43$  e  $A = .57$ . O resultado foi, portanto, modificado, ou seja, o subgrupo P desfavorece a ACV, que é favorecida por A. A esse resultado acrescenta-se, ainda, o fato de, em P, as formas marcadas quanto ao número se realizarem como [ -ẽw̃ ~ -ũ ~ -u], variação essa que não se registra entre as formas de A. Sendo assim, decidiu-se por manter separados esses dois subgrupos de verbos, e as formas verbais em estudo passaram a constituir três subgrupos: R ("*regulares*"), P (pretéritos perfeitos) e A (formas de terminação *acentuada*). A partir daí foi testada a relevância da diferença fônica em dois desses subgrupos R e P o que não pôde ser feito em relação ao subgrupo A porque, embora estruturalmente semelhantes, os fatores desse subgrupo (G, H, Z) não apresentaram valores que permitissem qualquer reagrupamento.

Em relação ao subgrupo R, os resultados confirmaram os já obtidos em rodadas anteriores: as diferenças fônicas registradas entre as formas inicialmente codificadas como B, C e D não exercem qualquer influência sobre ACV.

Na análise do subgrupo P, em separado, realizou-se uma primeira rodada juntando-se os pretéritos perfeitos regulares - J e M. O resultado confirmou-se a irrelevância da diferença fônica entre essas formas verbais. Numa segunda rodada, X e Y foram agrupados em X, que passaria a codificar todos os pretéritos perfeitos irregulares. Mas os resultados mostraram que esses dois fatores - X e Y - com-



portam-se diferentemente em relação à ACV; ou seja, entre as formas verbais de pretérito perfeito, a diferença fônica parece ser relevante para a não aplicação da Regra (1). Apesar disso, não se confirma, nesse subgrupo, a existência do PSF, pois aos fatores foram atribuídos os seguintes índices probabilísticos:  $M = .47$ ,  $X = .26$ ,  $Y = .76$ . E, de acordo com o referido princípio, esses índices deveriam configurar a relação  $M > X > Y$ , o que não se verifica. Cabe ressaltar, ainda, que, nesses verbos, o fator Y, que representa as formas mais diferenciadas foneticamente, é o que apresenta alto índice de favorecimento da ACV.

Os resultados até aqui analisados permitem que sejam feitas duas afirmações quanto ao procedimento das diferentes formas verbais em relação à ACV:

- 1a) há relação entre a ACV e a estrutura morfológica do verbo - algumas formas verbais favorecem essa ausência ( $B = .92$ ,  $H = .62$ ,  $G = .52$ ) outras a desfavorecem ( $X = .10$  e  $Z = .30$ ), e um tipo de formas não exerce qualquer influência, positiva ou negativa, sobre o fenômeno ( $J = .49$ );
- 2a) não há qualquer evidência de uma relação diretamente proporcional entre a ACV e o grau de saliência fônica que distingue as formas de 3PS das 3PP, ou seja, não foi confirmado o PSF, proposto por NARO e LEMLE (1977).

## **5.2 - As formas verbais que favorecem a ACV**

Uma vez confirmada a relevância de alguns fatores considerados na ACV, buscou-se verificar-se entre esses fatores relevantes existe, ou não, alguma semelhança que os distingue dos outros. Considerando-se a posição do acento, as formas verbais portuguesas de 3PP podem ser distribuídas em dois grupos:

- a) um grupo constituído de formas cujas terminações são átonas: **fa-lam, comem, falaram**, etc;
- b) um grupo constituído de formas que apresentam terminações tônicas: **dão, falarão, vão, são**, etc.

A análise da ACV, nesses dois grupos de verbos, evidenciou diferença que pode ser explicada como resultado de atuação de diferentes processos lingüísticos.

### **5.2.1 - A ACV como resultado da interação entre processos variáveis**

O grupo (a) compreende dois subgrupos que já vêm sendo tratados aqui como *R* (“*regulares*”) e *P* (*pretérito perfeito*). No subgrupo *R*, a presença de concordância implica presença de um ditongo nasal final — [-*ẽw̃*] ou [-*ẽỹ*]. Mas, no subgrupo *P*, a presença das marcas de pluralidade leva as terminações a se realizarem como [-*ẽw̃* ~ -*ũ* -*u*]. No primeiro caso, verifica-se a ocorrência apenas da concordância **padrão**, que, no segundo caso, ocorre ao lado da concordância **não padrão**. Essa variação registrada entre as forma de pretérito perfeito evidencia efeitos de processos fonológicos nessas formas. Surgem, então, duas questões:

- a) Por que não se verifica, entre as formas do subgrupo *R*, a mesma variação [-*ẽw̃* ~ -*ũ* ~ -*u*], registrada entre as formas do subgrupo *P*?
- b) Os processos fonológicos responsáveis pelas transformações ocorridas nas formas do subgrupo *P* não atingiram também as terminações das formas que constituem o subgrupo *R*?

Antes, porém/ de responder a tais questões, é indispensável, que se observem os resultados contidos na **TABELA3**:

Fatores	Casos / Porcetagens								
	Nº de casos	Nº de ACV	% de ACV	Nº c/ CV	% casos com CV	Nº c/ CV padrão	% c/ CV padrão em relação ao total	Nº c/ CV não padrão	% CV não-padrão em relação ao total
R (regulares)	1.065	669	63	396	37	396	37	--	--
A (terminação acentuada)	443	93	21	350	79	350	79	--	--
P (pretérito perfeito)	405	74	18	331	82	55	14	276	68

**TABELA3:** Número de casos, número e porcentagens de ACV, número e porcentagens de casos com CV (padrão e não-padrão).

Através desses resultados, pode-se observar o seguinte:

- 1) em relação ao total de casos com concordância, existe uma diferença considerável entre o comportamento do subgrupo R (“*regulares*”) e o subgrupo P (*pretérito perfeito*) - em R, apenas 37% dos casos observados apresentam concordância e, em P, marcas de pluralidade estão presentes em 82% dos casos analisados;
- 2) em relação ao total de casos com concordância padrão, observa-se uma inversão no comportamento dos dois subgrupos em questão - no subgrupo R, os 37% correspondem a casos em que se verifica a presença de ditongo nasal átono final ([ -ẽw̃] ou [ -ẽỹ] enquanto, no subgrupo P, dos 331 casos com concordância, apenas 55 apresentam o ditongo nasal átono final [ -ẽw̃] e os outros 276 casos têm a terminação realizada como [ -ũ] ou [ -u]. Reunindo, nos casos analisados, a concordância padrão ocorre em 37% dos verbos “*regulares*” e em apenas 14% das formas de pretérito perfeito.

Entre o verbos “*regulares*”, ocorrem, portanto, 37% de casos com concordância padrão e 63% de formas sem concordância. A ACV

nesses verbos, é bastante favorecida por todos os fatores considerado inicialmente, conforme pôde ser vista através da TABELA 1 (P -): B = .88, C = .89, D = .85.

Já entre as formas de pretérito perfeito, ocorrem 14% de casos com concordância padrão, 68% de casos com concordância não-padrão e 18% de casos sem concordância. De acordo com a TABELA 2, nesses verbos, três dos quatro fatores inicialmente considerados desfavorecem a ausência de concordância, em relação à qual o outro fator mostra-se neutro: J = .33, M = .19, X = .10, Y = .51.

Analisando as formas de pretérito perfeito, verifica-se que a ACV é pouco freqüente em todos os fatores inicialmente considerados: J = 24%, M = 17%, X = 9%, Y = 11%. No entanto, quando se observa a ACV nesses verbos, levando-se em conta apenas a realização das formas padrão, as freqüências encontradas traduzem comportamento bastante diferente por parte desses mesmos fatores; ou seja, se as formas nas quais a terminação se realiza como [ -ũ ~ -u], consideradas não-padrão, forem excluídas da análise, a freqüência de ACV é superior a 50% em todos os fatores : J = 75%, M = 52%, X = 54% e Y = 58%. No que se refere à concordância não-padrão, se analisada em relação à ocorrência da realização padrão, mostra-se altamente freqüente em todos os fatores : J = 89%, M = 81%, X = 91% e Y = 67%.

A partir desses resultados que apontam as freqüências de casos COM concordância padrão (CP) e COM concordância não-padrão (CNP), pode-se afirmar que:

- a) a ACV é altamente freqüente nos verbos R (fala/falam, come/comem, faz/fazem, etc.) - ACV = 63%.; presença de CV = 37%.;
- b) a ACV é muito pouco freqüente no grupo P (formas de pretérito perfeito) - ACV = 18%.; presença de CV = 82%.;
- c) quanto ao total de casos com CP, há uma inversão no comportamento dos dois grupos de verbos (R = 37% > P = 14%); em outras palavras: no subgrupo R, há apenas 37% de casos COM concor-

dância, sendo que todos esses casos apresentam a CP; no subgrupo P, há 82% de casos COM concordância, mas essa elevada frequência inclui apenas 14% de casos que apresentam a CP - a alta frequência de casos COM concordância nessas formas verbais deve-se, portanto, à realização da CNP = 68%.

A esses fatos acrescentam-se, ainda, estas considerações:

- 1ª) em relação à posição do acento tônico, verifica-se, entre as formas de 3PP dos verbos “*regulares*” e as formas 3PP do pretérito perfeito, uma semelhança: em ambos os casos, as terminações são átonas;
- 2ª) nos verbos “*regulares*”, os casos que apresentam os traços de pluralidade compreendem dois subgrupos de formas - um em que as terminações se realizam como [ -ẽw̃ ], e outro em que as terminações se realizam como [ -ẽỹ ] - sendo essas duas realizações consideradas como padrão;
- 3ª) as formas de pretérito perfeito que apresentam marcas de pluralidade têm suas terminações realizadas como [ - ẽw̃ ~ -ũ ~ -u ] - a primeira dessas realizações é considerada padrão, e as outras duas, não-padrão;
- 4ª) essas formas tidas como não-padrão resultam de transformações fonológicas ocorridas sobre as suas terminações.

Dessa maneira, fica, portanto, comprovado que, entre as formas de pretérito perfeito, a não-aplicação da Regra (1) ocorre com pouca frequência. Diante de tal constatação, torna-se perfeitamente plausível acreditar que, entre os verbos “*regulares*”, a frequência de não-aplicação da Regra (1) é também baixa; os “*verbos regulares*”, assim como os pretéritos perfeitos, foram atingidos por processos fonológicos, só que, no primeiro, os efeitos desses processos impedem que seja percebido o efeito da aplicação da Regra (1), o que não

ocorre em relação ao segundo caso; a explicação para tal fato encontra-se na evolução das terminações verbais portuguesas, proposta por OLIVEIRA (1983).

Sendo assim, ficam, de um lado, respondidas as questões propostas nesta secção; ou seja, os verbos “*regulares*” apresentam variações diferentes das apresentadas pelas formas de pretérito perfeito porque os processos fonológicos ocorridos no primeiros não foram os mesmos que atuaram sobre as últimas. De outro lado, explica-se também o alto favorecimento da ACV pelos verbos “*regulares*”, isto é, nesses verbos, os casos sem concordância representam a soma das formas em que a Regra (1) deixou de se aplicar e aquelas em que, apesar de tal regra ter se aplicado, as marcas de pluralidade foram eliminadas por processos fonológicos, ocorridos no passado. Enfim, fica confirmada a hipótese de que a maior freqüência de neutralização entre a 3PS e a 3PP, verificada entre os verbos “*regulares*”, resulta da interação entre processos variáveis - uma regra morfossintática sincrônicas e alguns processos fonológicos diacrônicos.

### **5.2.2. Verbos nos quais a ACV resulta apenas da não-aplicação da Regra(1)**

Nas formas de pretérito perfeito e nos verbos que apresentam terminações tônicas (formas que vêm sendo tratadas como P e A, respectivamente), a ACV reflete exclusivamente a não-aplicação da regra morfossintática variável - Regra (1). Numa rodada em que foram também considerados os verbos “*regulares*”, os fatores incluídos em P e A apresentaram as seguintes probabilidades de não - aplicação da referida regra: G = .52, H = .62, J = .49, X = .10, Y = .52, Z = .30. Analisados numa rodada na qual se excluíram os verbos “*regulares*” e foram mantidos separados os fatores J e M, obtiveram-se os seguintes valores: G = .58, H = .68, J = .53, M = .38, X = .19, Y = .74, Z = .44. Em seguida observou-se a ACV nesses verbos reconsiderando sua distribuição em dois subgrupos P e A. Os resultados encontrados podem ser vistos na TABELA 4:

	FATORES	TOT. CA- SOS	ACV			
			CA- SOS	% SIM	% REL	PROB
SUB- GRUPO P	J - comeu/comeram, etc.	75	18	24	11	.57
	M - falou/falaram, etc.	231	39	17	23	.43
	X - fez/fizeram, etc.	64	6	9	4	.25
	Y - foi/foram, etc.	35	11	31	7	.75
SUB- GRUPO A	G - dá/dão, etc.	173	34	20	20	.49
	H - vai/vão, etc.	95	25	26	15	.64
	Z - é/são, etc.	175	34	19	20	.37
TOTAL		848	167	20	100	—

**TABELA 4:** A não-aplicação da Regra (1) nos verbos “não-regulares” distribuídos em dois subgrupos, P e A.

Para que a existência do PSF estabelecido por NARO e LEMLE (1977) fosse confirmada pelo menos nesses subgrupos, deveria haver, entre os valores probabilísticos atribuídos aos fatores do subgrupo P, a relação que seria formalizada como  $J > M > X > Y$  e, entre os valores probabilísticos atribuídos aos fatores do subgrupo A, a relação que seria formalizada como  $G > H > Z$ . No entanto, as relações encontradas nesses subgrupos foram: subgrupo P =  $Y > J > M > X$ ; subgrupo A =  $H > G > Z$ .

A partir desses resultados e das diferenças estruturais registradas entre as formas de 3PS e as formas de 3PP dos verbos em questão, é possível afirmar apenas o seguinte: as formas de 3PP que apresentam radicais segmentalmente e/ou supra-segmentalmente diferentes dos radicais apresentados pelas formas de 3PS correspondentes desfavorecem a não-aplicação da Regra (1): é/são, soube/souberam, fez/fizeram etc.

## CONCLUSÃO

No português coloquial de Belo Horizonte, o verbo que se refere a sujeito de 3PP nem sempre aparece no plural, como prescrevem as gramáticas. A ACV, nesse caso, é favorecida por alguns tipos de formas verbais e desfavorecida por outros. Tais constatações corroboram os estudos de NARO e LEMLE (1977), LEMLE e NARO (1977), MOTTA (1979), NARO (1980) e GUY (1981).

Entretanto, o PSF proposto por NARO e LEMLE (1977) não se confirmou na presente análise, pois não se verificou qualquer evidência de relação entre a ACV e o grau de saliência fônica que diferencia as formas de 3PS das de 3PP.

Os mais altos índices de ACV foram atribuídos aos verbos “*regulares*”, que apresentam terminações átonas, *-am* e *-em*. As outras formas verbais que também apresentam a terminação átona *-am* - os pretéritos perfeitos do indicativo desfavorecem a ACV, mas, nessas formas, verifica-se que a concordância *não-padrão* apresenta frequências muito superiores às apresentadas pela concordância *padrão*.

O peculiar comportamento dos verbos “*regulares*” pode, então, ser explicado pelo resultado da evolução das terminações verbais átonas proposta por OLIVEIRA (1983): nessas formas, a maior frequência de ACV decorre do fato de, ao lado da não-aplicação da Regra (1), registrarem-se formas de plural com terminações *não-padrão* que se realizam como formas de singular; isso não se verifica em relação ao pretérito perfeito do indicativo porque, nessas formas, a marca de pluralidade é preservada nas terminações que se realizam como monotongos.

Enfim, os resultados obtidos através da presente análise permitem afirmar que, no português coloquial do Brasil, a frequente ausência de concordância entre o verbo e o sujeito de 3PP é significativamente influenciada pela constituição morfológica da forma verbal.



## NOTAS

1

Uma versão resumida deste artigo foi apresentada no XL Seminário do Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado e São Paulo, realizado em Jaú/SP em 1992.

2

NICOLAU, Eunice Maria das D. *A Ausência de Concordância Verbal em Português: uma Abordagem Sociolingüística*. Belo Horizonte, FALE/UFMG, 1984. Dissertação de Mestrado, inédita.

3

Esse sistema permite calcular a significância dos efeitos de determinados fatores sobre a aplicação de uma determinada regra lingüística. Na referida análise, foram calculadas probabilidades de ausência de marcas de pluralidade, e os valores probabilísticos atribuídos aos fatores considerados devem ser assim interpretados:

acima de . 50 - favorece a ausência de concordância;

abaixo de . 50 - desfavorece a ausência de concordância;

igual a . 50 - não exerce influência, positiva ou negativa, sobre a ausência de concordância.

A significância, ou não, de cada fator considerado foi obtida tendo-se em vista a relação entre o índice atribuído a esse fator e os índices atribuídos aos outros fatores do mesmo grupo.

4

As tabelas incluídas neste artigo correspondem, total ou parcialmente, a algumas das apresentadas na Dissertação; por isso, serão renumeradas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Amadeu. 1976. *O dialeto caipira*. São Paulo, HUCITEC - SCETEC.

ASSIS VEADO, Rosa M de. 1980. *Comportamento lingüístico do dialeto rural*. Belo Horizonte, FACE/UFMG. Dissertação de Mestrado, inédita.

BECHARA, Evanildo. 1982. *Moderna gramática portuguesa*. 27ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional.

CAMARA JR, J. Mattoso. 1972. *Estruturas da língua portuguesa*. Petrópolis, Vozes.

- CEGALLA, Domingos P. 1978. Novíssima gramática da língua portuguesa. 19ª ed. São Paulo, Cia Editora Nacional.
- COUTINHO, Ismael de Lima. 1976. Gramática Histórica. 7ª ed. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico
- CUNHA, Celso. 1978. Gramática do português contemporâneo. 7ª ed. Belo Horizonte, Bernardo Alvares.
- GUY, Gregory. 1981. Sociolinguistic variation in Rio portuguese: sound change as cause of syntatic change. University of Pennsylvania. Tese de Doutorado.
- LABOU, William. 1972. Sociolinguistic Patterns. Filadélfia, University of Pennsylvania Press.
- LEITE DE VASCONCELOS, José. 1901. Esquisse d'une dialectologie portugaise. Paris, AILLAUD & CIE.
- \_\_\_\_\_. 1926. Lições de Filologia portuguesa. 2ª ed. Lisboa, Biblioteca Nacional.
- LEMLE, Miriam e NARO, Anthony J. 1977. Competências básicas do português. Rio de Janeiro, Fundação FORD.
- MARROQUIM, Mário. 1925. A Língua do Nordeste (Alagoas e Pernambuco). 2ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional.
- MELLO, Gladstone Chaves de. 1981. A língua do Brasil. Rio de Janeiro, Padrão - Livraria Editora.
- MENDONÇA, Renato. 1973. A influência africana no português do Brasil. 4ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- MOTTA, Erimita C. M. 1979. Escolarização e variação lingüística. Campinas, UNICAMP. Dissertação de mestrado, inédita.
- NARO, Anthony J. 1980. The social and structural dimensions of a syntatic change. Rio de Janeiro, PUC. Mimeografado.
- NARO, Anthony J. e LEMLE, Miriam. 1977. Syntatic diffusion. In: Ciência e Cultura. 29 (3), pp. 259-68.

NASCENTES, Antenor. 1953. O linguajar carioca em 1922. Rio de Janeiro, Organização Simões.

NETO, Serafim da Silva. 1976. Introdução ao estudo da língua portuguesa. Rio de Janeiro, Presença.

OLIVEIRA, Marco Antônio de. 1983. Resíduos históricos como um caso de variação sincrônica do português no Brasil. Ensaios de Linguística. Belo Horizonte, FALÉ/UFMG, 5 (9): 230-45.

PONTES, Eunice. 1972. Estrutura do verbo no português coloquial. Petrópolis, Vozes.

ROCHA LIMA, Carlos H. 1974. Gramática normativa da língua portuguesa. 17ª ed. Rio de Janeiro, José Olímpio.

RODRIGUES, Ada Natal. 1974. O dialeto caipira na região de Piracicaba. São Paulo, Atica.

TORRES, Artur de Almeida. 1966. Moderna gramática expositiva da língua portuguesa. 18ª ed. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.